

EM DEFESA DOS DIREITOS

É PRECISO PREPARAR A GREVE GERAL

Demissões, terceirizações, redução do seguro desemprego e do PIS. Os trabalhadores devem barrar esses ataques

Fernanda Soares

Crise - A crise econômica já atinge em cheio a vida dos trabalhadores. Inflação alta, aumento de luz, alimentos, demissões. A média do índice de desempregados já chega a 7,9% nos três primeiros meses desse ano, atingindo 17,6% de jovens de 18 a 24 anos.

No mês de maio foram computadas mais de 50 milhões de pessoas com dívidas em atraso. O maior número de inadimplentes desde o início do ano.

Ataque aos direitos - Dilma, por sua vez, continua com o ajuste fiscal, que resulta em reformas trabalhistas. As medidas provisórias 664 e 665 implicaram em reduções no pagamento do abono salarial do PIS, no seguro desemprego, nas pensões por morte, no auxílio doença e no chamado seguro defeso, pago a pescadores profissionais.

Terceirização - A terceirização no país é brutal, as medidas já estão sendo aplicadas nas esferas federal, estaduais e municipais e no setor privado. Para os trabalhadores federais, um decreto permite o contrato temporário de serviço. Na educação básica já são 800 mil com trabalho precarizado. A Petrobras, que tem 80 mil concursados, já opera com 320 mil terceirizados e esse número vai aumentar ainda mais. No geral, isto significa que poderemos ter cerca de 30 milhões de trabalhadores com trabalho precarizado sem nenhuma garantia dos direitos trabalhistas conquistados as duras penas.

Aposentadoria - Além disso, estamos enfrentando uma nova reforma da previdência. O fator previdenciário de FHC, que continua existindo, já impunha um limite mínimo de idade para o trabalhador se aposentar e redução do valor dos vencimentos da aposentadoria. Tudo isso fruto de uma política neoliberal aplicada por Collor, por FHC e pelos 12 anos do governo do PT.



Trabalhadores de diversas categorias estão dispostos a ir à luta

O Fator 85/95 não traz nenhum benefício ao trabalhador (mulher poderá se aposentar com 55 anos de idade mais 30 anos de contribuição que somam 85; homem com 60 anos de idade mais 35 anos de contribuição que somam 95). E, o pior disso, é que ao as centrais governistas defendê-lo como algo positivo, permitiram que o governo Dilma avançasse no ataque à aposentadoria impondo o Fator 90/100. A partir de agora, muitos trabalhadores morrerão sem vislumbrar de um direito pelo qual pagaram durante toda a vida na ativa.

Por isso, ao contrário das centrais governistas, a CSP-Conlutas é contra qualquer redutor nas aposentadorias e defende a volta da contagem pelo tempo serviço.

ORGANIZAR A LUTA

Diante de tais ataques, é necessário convocar urgentemente a unidade das lutas que vêm ocorrendo no país rumo à preparação de uma Greve Geral. É hora das centrais governistas romperem com a sustentação que vem dando a essa política nefasta do governo Dilma e defenderem os direitos da classe trabalhadora.

O Fórum Nacional dos Servidores Públicos Federais já aprovou organizar a Greve Geral de todos os seus segmentos como resposta ao arrocho que vem sofrendo. Petroleiros, metalúrgicos, trabalhadores dos transportes, trabalhadores dos Correios, das áreas da saúde e educação e diversas categorias estão organizando mobilizações para este segundo semestre que já se inicia.

Somente por meio de uma luta unificada, organizada na base, com a realização de reuniões, plenárias e assembleias poderemos barrar os ataques desfechados pelos governos e patrões. Estes sim os grandes beneficiados pelo governo Dilma e seus comparsas: empresários, banqueiros e agronegócio.

Assim, a alternativa dos trabalhadores a toda essa crise deve ser em torno das lutas que culminem com a realização de uma Greve Geral.

PPE

Centrais sindicais não podem entregar salários, Greve Geral é necessária

O Plano de Proteção ao Emprego ataca os salários já arrojados do trabalhador

A presidente Dilma (PT) assinou a Medida Provisória que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O programa não garante estabilidade nenhuma e vai aumentar ainda mais o arrocho das famílias brasileiras. Os patrões podem reduzir o salário do trabalhador e ainda vai ser usado recurso do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) para ajudar patrão. É um ataque brutal! Mas o pior é que o projeto foi formulado pelas centrais sindicais (CUT e Força Sindical) em acordo com o empresariado.

Desde o aprofundamento da crise, os trabalhadores estão pagando a conta. A redução de salários sacramentada agora por Dilma (PT) se soma a uma série de outros ataques deste governo, como as MPs 664 e 665, que reduzem direitos como o seguro-desemprego, pensão por morte e abono do PIS; o projeto das terceirizações; e a nova fórmula para aposentadoria, que segue forçando toda a classe a trabalhar até morrer.

Não há o que negociar diante destes ataques. As outras centrais sindicais não podem fazer o jogo dos patrões. Por isso reforçamos o chamado a que as centrais rompam com o governo e os empresários e venham com a CSP-Conlutas preparar a Greve Geral, urgente e necessária para barrar os ataques que estamos sofrendo.



Roberto Perizoni

As centrais devem estar à frente dos interesses dos trabalhadores

CSP-CONLUTAS

2º Congresso Nacional fortalece a luta dos trabalhadores

“Tenho certeza que vamos sair daqui com os trabalhadores mais organizados pra lutar”, disse um operário de base que compunha um dos 2.639 participantes do 2º Congresso Nacional da CSP-Conlutas. Realizado no início de junho em Sumaré, São Paulo, contou com a presença de 373 entidades e movimentos. Havia representação de trabalhadores de norte a sul do Brasil. Eram 30% a mais de entidades e movimentos dos que estavam no Congresso anterior.

A CSP-Conlutas consolida-se hoje como a principal central sindical de oposição ao governo Dilma, contrapondo-se à política de parceria adotada pela CUT e Força Sindical.



Sérgio Koel

Decisões fortaleceram o caminho da luta

Contra corrupção: Petrobrás 100% estatal

O Congresso Nacional é composto em mais de 70% por deputados financiados por bancos, empreiteiras, agronegócio e grandes empresas. Também possui no seu comando políticos que integram a lista de corruptos apontados na Operação Lava Jato da Petrobras. Esse mesmo Congresso Nacional vota leis em causa própria, privilegia os interesses dos ricos desse país, dos banqueiros e das empresas multinacionais. Para isso, ataca direitos da classe trabalhadora, aprovando pautas antioperárias, antidemocráticas e conservadoras.

São muitos os partidos envolvidos na Operação Lava Jato: PT, PSDB, PMDB, DEM, PTB, PSB e outros. É necessária uma apuração séria, com prisão de corruptos e corruptores e a denúncia de todos os partidos envolvidos. Junto a isso, é preciso fortalecer a campanha por uma Petrobrás 100% estatal sob o controle dos trabalhadores.

Não à redução da maioria penal

O Congresso Nacional de Eduardo Cunha tem promovido uma verdadeira cruzada reacionária para aprovar a redução da maioria penal. Vide o golpe visto recentemente para aprová-la na Câmara em primeiro turno. Mas, segundo a própria UNICEF apenas 0,9% dos crimes registrados no país são cometidos por adolescentes entre 16 e 18 anos.

OPT, que se posicionou contra a redução da maioria penal, decidiu por apoiar o projeto do senador José Serra (PSDB) para “endurecer” o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) aumentando o tempo de internação de 3 anos para até 10 anos, além de uma série de outras medidas. Isso é um absurdo!

O que os jovens, em sua maioria negros e negras, precisam é de acesso à educação, cultura, esporte, saúde e lazer, itens básicos para assegurar o direito à ter sonhos e poder lutar por um futuro com dignidade, respeito e, sobretudo, com direito à liberdade. Por isso, dizer não à redução da maioria penal é uma tarefa de todos nós!

Negros, mulheres e LGBT's: os mais atacados

Terceirização, baixos salários, desemprego. Quem mais sofre com tais políticas nefastas deste governo e da oposição de direita? São justamente os setores da classe trabalhadora que historicamente são os mais oprimidos e explorados. Mulheres, negros e negras e LGBT's, que, hoje, já compõem uma significativa maioria dos trabalhadores terceirizados e precarizados, ou seja, aqueles que não têm registro em carteira ou qualquer tipo de direitos.

A terceirização pretende consolidar, aprofundar e estender para mais trabalhadores a superexploração à qual os terceirizados já estão submetidos atualmente, com salários de fome que ainda são pagos com atrasos, horas excessivas e péssimas condições de trabalho, assédio moral e redução ou completa eliminação de direitos trabalhistas.